



AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE SOBRE ANTICONCEPCIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

JADIELSON DA SILVA; SUIAN SÁVIA NUNES SANTOS; MONIQUE ARISTIDES GUEDES ALMEIDA; ALESSANDRA MARIA DA ROCHA; ANA CAROLINE MELO DOS SANTOS

RESUMO

INTRODUÇÃO: Desenvolvida com o objetivo de aumentar o acesso da sociedade ao sistema de saúde, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) mostra um trajeto que serve de modelo, visto que de programa a princípio focalizado, decorrente à insuficiência de recursos financeiros quando de sua origem limitado a municípios que naquela época apresentavam condições de miserabilidade e fome, estabeleceu-se como estratégia organizacional de uma Política Nacional de Atenção Básica. **OBJETIVO:** Descrever uma atividade realizada com os Agentes Comunitários de Saúde como parte integrativa da conclusão do estágio supervisionado I do curso de bacharel em Enfermagem numa Equipe de Saúde da Família. **RELATO DE CASO:** Este trabalho caracteriza-se como sendo parte integrativa da educação permanente dos profissionais ACS, com intuito de capacitá-los para a atuação da categoria em seu dia a dia de trabalho. Para sua execução foi abordado a temática do uso dos métodos contraceptivos de uso enteral e parenteral e sugerido outras cinco temáticas para efetivação da Educação Permanente. No primeiro momento a roda de conversa foi realizada num dia de terça-feira de manhã. **DISCUSSÃO:** A atividade foi mediada pelo estagiário e coordenada pela enfermeira da unidade, que acrescentava informações ao longo da discussão. A roda de conversa aconteceu na manhã do dia 8 de março de 2022, na sala de reuniões da unidade, com início às nove horas e término às dez horas e quinze minutos. Na conversação observou-se que as ACS estavam inteiradas em algumas informações específicas sobre a temática, mas que precisavam de um complemento para que a mesma fosse de fato resolutiva, durante a roda de conversa percebeu-se que estes profissionais são detentores de muitas informações sobre o uso correto dos anticoncepcionais, de modo particular os que estão disponíveis na unidade, no entanto, estes se limitam as informações que consideram ser de sua competência, orientando e encaminhando as pacientes para tirarem dúvidas técnicas com o profissional médico ou enfermeira. **CONCLUSÃO:** Em vista disso, a Educação Permanente precisa ser uma realidade constante para todos os profissionais que atuam na atenção básica do município, só assim será possível ofertar uma saúde pública de qualidade para todos os munícipes.

Palavras-chave: Agente Comunitário de Saúde. Educação em saúde. Saúde coletiva. Saúde da Família. Sistema Único de Saúde.

1. INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde é essencial por se tratar da principal porta de entrada e ponto central de comunicação prioritária da Rede de Atenção à Saúde (RAS), com significativa capacidade de resolução, quando incluído num sistema de saúde adaptado e

direcionado aos seus clientes. Nessa perspectiva, configura-se como estratégia prioritária de expansão e fortalecimento da Atenção à Saúde (AB), nesse sentido o Saúde da Família se conduz como especial suporte coordenador do cuidado e reguladora da RAS, com o objetivo de reorganizar o padrão assistencial do SUS, mesmo que no desempenho se detectem diversos parâmetros e diferenças territoriais (FILHO et al., 2022).

Desenvolvida com o objetivo de aumentar o acesso da sociedade ao sistema de saúde, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) “mostra um trajeto que serve de modelo”, visto que de programa a princípio focalizado, decorrente à insuficiência de recursos financeiros quando de sua origem limitado a municípios que naquela época apresentavam condições de miserabilidade e fome, estabeleceu-se como “estratégia organizacional de uma Política Nacional de Atenção Básica”, exercendo papel crucial na consolidação do Sistema Único de Saúde (VARGAS, 2021).

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) foi instituído em 1991 a partir de parcerias do Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde e Secretaria de Estado da Saúde objetivando diminuir os preocupantes indicadores de morbimortalidade infantil e materna. Inicialmente o PACS foi implantado na região nordeste, em virtude de experiências expressivas para sua instituição, onde a inserção deste programa teve embate relevante, quando confrontadas a regiões não assistidas pelo programa. A composição da equipe do programa seria por um enfermeiro instrutor que inspecionava as atividades de no máximo trinta ACS em sua maioria mulheres com vínculos a unidade básica de saúde (FRAGA, 2011).

Nesse sentido, a Educação Permanente em Saúde (EPS) preconiza a execução de ações técnico-assistenciais habituais dos trabalhadores da saúde em seus grupos de atuação enquanto pontos de partida de metodologias formativas, instruindo-se para a conquista de conhecimentos e realização de ações em saúde que cooperam metodicamente para a ascensão do Sistema Único de Saúde. Habilidades de formação elencadas pela EPS necessitam ser coerentes com as convicções dos direitos humanos e de fomento da cidadania, partilhando a indissociabilidade entre o saber teórico e prático, com potencialidade para diminuir julgamentos associados aos diversos usuários do sistema de saúde (VECCHIA et al., 2021).

Este estudo caracteriza-se por objetivar descrever uma atividade de Educação Permanente em Saúde realizada com os Agentes Comunitários de Saúde como parte integrativa da conclusão do Estágio Supervisionado I do curso de Bacharel em Enfermagem numa Equipe de Saúde da Família, a atividade mostrou-se de fundamental importância para as ações diárias desses profissionais em sua área de atuação enquanto membro da Equipe de Saúde da Família.

2. RELATO DE CASO

O presente trabalho trata-se de um relato sobre uma roda de conversa realizada na UBS Luiz José da Silva, como parte complementar ao Estágio Supervisionado I na Atenção Básica, que busca reestabelecer a dinâmica da Educação Permanente para os profissionais da unidade, numa relação Enfermeira e profissionais Agentes Comunitários de Saúde que juntos precisam estar atentos e habilitados para em sua atuação contribuir para orientar sobre o uso adequado de anticoncepcionais por mulheres no âmbito de sua área de adscrição, a discussão aconteceu numa única manhã com pouco mais de uma hora envolvendo estes profissionais na questão da educação permanente, meio fortalecedor que garante aporte sobre tantas outras temáticas que fazem parte da saúde pública local. A informação nunca é demais e, quanto mais e eficaz, maior é a resolutividade de possíveis agravos para essa parcela da população. É claro, que no âmbito da equipe de saúde da família, a iniciativa precisa ser ampla e envolver todos os servidores do setor.

A execução deste trabalho foi intermediada pelo estagiário do curso de Enfermagem

juntamente com a enfermeira da equipe abordando a temática do uso dos métodos contraceptivos de uso enteral e parenteral e sugerido outras cinco temáticas para que assim a Educação Permanente seja incluída de fato na rotina do dia a dia dos profissionais, ao fim da discussão perguntou-se quais os próximos temas que deveriam ser abordados e qual seria o melhor dia da semana para realização da atividade para assim ser incluído no cronograma mensal da equipe.

No primeiro momento a roda de conversa foi realizada num dia de terça-feira de manhã, no dia oito de março de dois mil e vinte e dois, pela equipe entender que no geral é o dia com menos atividades na UBS para colocar em prática a atividade. O tema principal e o primeiro da lista de atividades foi executado numa única manhã, abordando princípios éticos e profissionais, contribuindo para que os demais temas sejam realmente discutidos, e, procurando englobar outros profissionais para participarem da ação nos momentos subsequentes. Os temas destacados são para enfatizar que estes são sugeridos para que a própria equipe execute ao longo dos dias de trabalho como forma de garantir a educação permanente da equipe constantemente. A atividade de educação permanente realizada através de uma roda de conversa com os Agentes Comunitários de Saúde que atuam na unidade de saúde Luiz José da Silva para em conjunto com a profissional enfermeira discutir os principais métodos contraceptivos de uso enteral e parenteral disponível na unidade capacitando-os para orientar a população feminina quanto o uso correto, foi realizada na própria unidade, sendo o tema escolhido para o momento “métodos contraceptivos orais e injetáveis” disponíveis na unidade, levando em consideração os relatos e falas dos profissionais ACS conforme a atuação de cada um e, a transmissão da fala das mulheres baseado em queixas e relatos do público alvo. A atividade foi mediada pelo estagiário e coordenada pela enfermeira da unidade, que acrescentava informações ao longo da discussão. A roda de conversa aconteceu na sala de reuniões da unidade, com início às nove horas e término às dez horas e quinze minutos. Na conversação observou-se que as ACS estavam inteiradas em algumas informações específicas sobre a temática, mas que precisavam de um complemento para que a mesma fosse de fato resolutive e que, praticamente as dúvidas e queixas de uma microárea são as mesmas existentes em todas as microáreas, ainda percebeu-se que estes profissionais são detentores de muitas informações sobre o uso correto dos anticoncepcionais, de modo particular os que estão disponíveis na unidade, no entanto, estes se limitam as informações que consideram ser de sua competência, orientando e encaminhando as pacientes para tirarem dúvidas técnicas com o profissional médico ou enfermeira. Várias falas foram expostas pelas ACS relatando o que encontram de queixas das mulheres nas visitas domiciliares, dentre estas, o relato de mulheres que iniciam a vida sexual e consequentemente o uso do anticoncepcional muito precocemente, e que uma boa parcela das mulheres iniciam o uso precocemente, por decisão própria e de forma errada, em alguns casos não levando em consideração o início do ciclo menstrual, outra fala exposta importante é de que o uso e desuso de maneira errada em alguns casos causaram gravidez indesejada, nesse caso a mulher termina alegando falha na eficácia da pílula. O momento também possibilitou conhecer o perfil da área, que apresenta um perfil de mulheres trabalhadoras da agricultura familiar, de baixa renda, com baixos níveis de escolaridade e sobrevivendo ou complementando a renda familiar com repasses financeiros de programas socioassistenciais como o bolsa família.

Para o alinhamento da discussão foi entregue um roteiro contendo perguntas e dúvidas que podem surgir para as mulheres ao longo do uso do anticoncepcional. Para que esse momento acontecesse não houveram dificuldades significativas, no entanto, foi preciso disponibilizar o espaço no cronograma mensal da equipe, para que assim os profissionais pudessem sair de sua área de atuação e participar do momento.

3. DISCUSSÃO

ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA

Atualmente a Educação Permanente em Saúde tem sido um grande desafio para as equipes de Saúde da Família, no sentido de que efetivá-la no dia a dia dos trabalhadores está cada vez mais difícil, o aumento da demanda dos serviços prestados, inúmeras atribuições que os profissionais precisam exercer para garantir uma ampla assistência e, mais recentemente a pandemia da covid-19 que transformou completamente a rotina de trabalho de todas as equipes de saúde da família. Nesse sentido, poder oportunizar esse momento de discussão entre agentes comunitários de saúde e enfermeira da unidade foi bastante proveitoso, primeiro porque retoma a importância da educação permanente para equipe e, segundo porque proporciona a esses trabalhadores sanar dúvidas inerentes aos próprios desafios encontrados em sua área de atuação, mas também as dúvidas que são impostas por sua população assistida, além de despertar e indicar a gestão a importância de que a educação permanente deve-se fazer rotineira e constante para todos os trabalhadores do município permitindo que estes aprendam e atualizem informações e práticas de assistência em prol da coletividade.

Falar sobre os diversos métodos contraceptivos, de modo particular os que estão disponíveis na rede pública de saúde, nesse caso que estão acessíveis na unidade de saúde Luiz José da Silva é se certificar de que as mulheres que procuram este serviço na atenção básica vão ter uma assistência pautada na solidez de informações corretas, de produtos com qualidade e, acima de tudo garantir que estas mulheres façam uso correto desses insumos e sempre que preciso, garantir que os profissionais ACS passem informações corretas e seguras sempre que solicitado no seu dia a dia de trabalho (FRAGA, 2011). Cabe ressaltar que o papel do profissional ACS é de justamente orientar corretamente o que esse público alvo deve fazer para ter acesso aos anticoncepcionais, mas que não os privam de obter informações teóricas que na prática de trabalho podem ser disseminadas para população, corrigindo erros e enganos quanto o uso errado desse tipo de medicação (Maciel et al., 2020).

Portanto, a temática é pertinente e se faz necessária que seja trabalhada constantemente, solidificando a capacidade do profissional ACS orientar corretamente a mulher sempre que preciso, cabe salientar que estas orientações devem ser respeitando o limite e condutas éticas inerentes a cada categoria profissional envolvida na disseminação do cuidado.

RESPOSTA AO PROBLEMA APRESENTADO

Dentro do que foi exposto e discutido com os profissionais a resposta foi a melhor possível, uma vez em que o objetivo da problemática foi alcançado, que era justamente permitir que estes profissionais trouxessem para o momento da discussão os principais problemas envolvendo o uso de anticoncepcionais de uso oral ou injetável, dúvidas e curiosidades que surgem no dia a dia de trabalho e, a partir daí dar início uma roda de conversa baseado nesses relatos. Os envolvidos se mostraram interessados, apresentaram relatos vividos, dúvidas que sempre encontram em suas áreas de atuação, e que muitas das vezes não conseguem dar uma resposta de imediato, perguntaram sobre eficácia dos métodos disponíveis na unidade e aprenderam corretamente como os métodos contraceptivos de uso oral e injetável devem ser usados, respeitando a posologia de cada método.

Ainda assim, observou-se a importância que cada profissional deu para o momento, onde ambos se mostraram curiosos e envolvidos com o resgate desse momento da equipe, pois a prática da educação permanente a muito tempo não faz mais parte da rotina de trabalho das equipes da atenção básica. Os mesmos apoiaram a iniciativa e deram outras sugestões para que o momento se repita com frequência, além de sugerirem e concordarem com os demais

temas expostos na tabela contendo o cronograma. A participação da enfermeira da unidade contribuindo com o repasse de informações e orientações que devem ser utilizadas por estes profissionais intensificou a discussão e valorizou o momento ainda mais, pois a mesma entendeu e compreendeu o desafio que os ACS enfrentam todos os dias para manter a comunidade bem orientada para de fato contribuir com a resolutividade dos problemas de saúde pública local.

4. CONCLUSÃO

A Educação Permanente é fundamental para o desempenho das atividades da categoria profissional ACS, uma vez que ela prepara estes para atuarem em sua área de forma efetiva levando segurança nas informações prestadas, abrangendo um grandioso número de mulheres. Nessa perspectiva, está capacitado para garantir o repasse dessas informações se faz importante para promover cuidados de saúde de forma digna, colaborando com o planejamento familiar daquelas que assim o desejar fazer, a Enfermagem, uma vez que detém a responsabilidade de também capacitar esses profissionais, nesse caso, dos profissionais que atuam na atenção básica, necessita está preparada para ofertar um trabalho repleto de conhecimento sobre o que deve ser feito para incentivar o uso adequado dos anticoncepcionais.

Em vista disso, a Educação Permanente precisa ser uma realidade constante para todos os profissionais que atuam na atenção básica do município, só assim será possível ofertar uma saúde pública de qualidade para todos os munícipes, nesse sentido é necessário que haja um interesse por parte da gestão de saúde e, que os profissionais sejam incentivados a buscarem a cada dia ampliar seus conhecimentos em prol da função que exercem. Buscar novos conhecimentos, aperfeiçoar-se no que faz só contribui para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, permitindo que este englobe as melhores ações de saúde realizadas por profissionais habilitados para atuarem cotidianamente.

REFERÊNCIAS

- FILHO, A. M. S.; VASCONCELOS, C. H.; DIAS, A. C.; SOUZA, A. C. C.; HAMANN, E. M.; SILVA, M. R. F. **Atenção primária à saúde no Norte e Nordeste do Brasil: mapeando disparidades na distribuição de equipes**. Revista Ciência e Saúde Coletiva. v. 27, nº 1, p. 377-386, 2022.
- FRAGA, O. S. Introdução: In: **Agente Comunitário de Saúde: elo entre a comunidade e a equipe da ESF?**. 2011. Trabalho de conclusão (Especialização em Atenção Básica em Saúde) – Universidade Federal de Minas Gerais, Governador Valadares, Minas Gerais, 2011. p. 6-25.
- MACIEL, F. B. M.; SANTOS, H. L. P. C.; CARNEIRO, R. A. S.; SOUZA, E. A.; PRADO, N. M. B. L.; TEIXEIRA, C. F. S. **Agente Comunitário de Saúde: Reflexões sobre o processo de trabalho em saúde em tempos de pandemia de covid-19**. Revista Ciência e Saúde Coletiva. supl. 2, p. 4185-4195, 2020.
- VARGAS, M. L. F. **Aportes das Ciências sociais e humanas sobre família e parentesco: contribuições para Estratégia Saúde da Família**. Revista História, Ciências, saúde – Manginhos. v. 28, nº 2, p. 351-374, abr.-jun, 2021.
- VECCHIA, M. D.; JUNIOR, J. M. L.; SILVA, E. A.; RONZANI, T. M. **Centros Regionais de Referência: análise da implementação nacional de processos formativos sobre álcool e outras drogas**. Revista Ciência e Saúde Coletiva. v. 26, supl. 3, p. 4981-4991, 2021.